



Embrasca
Soluções Sustentáveis



ESG

O que é o mercado de carbono e como ele funciona?

publicado em 07/06/2022

Este artigo explica, em detalhes, o que é o mercado de carbono, por que ele ganhou os holofotes corporativos nos últimos anos e como funciona a comercialização de créditos de carbono

Por Naiara Bertão, Prática ESG | Valor Econômico – São Paulo
26/05/2022

Cada vez mais o tal do mercado de carbono entra nas discussões de empresas, governos, cidades e pessoas engajadas com causas

ambientais. Para entender o que é o mercado de carbono e por que se fala tanto nele, é importante saber primeiro qual o papel do gás carbônico e do gás metano no aquecimento global.

Gases do efeito estufa

O gás carbônico (CO₂) e o gás metano, entre outros, contribuem para um fenômeno natural chamado de efeito estufa. Apesar de esse termo ser muito associado a algo ruim, ele é, pelo contrário, o grande responsável pela manutenção da vida na Terra. Os gases de efeito estufa tem a capacidade de absorver parte radiação solar irradiada pela superfície terrestre, impedindo que haja fortes variações de temperatura. Com isso, eles ajudam a manter a temperatura habitável que temos.



O problema é que estamos produzindo muito mais desses gases hoje do que o necessário e mais até do que a capacidade do próprio planeta de reabsorvê-lo e manter o equilíbrio. A consequência? A absorção de calor cresce e leva ao tão falado aquecimento global.

Desde a Revolução Industrial, estima-se que a concentração de dióxido de carbono aumentou em 50%. Em 2020 atingimos a concentração de 414,24 partes por milhão (ppm) de CO₂, ou seja, em cada um milhão de moléculas de ar no planeta, havia 414,24 do principal gás de efeito estufa. O nível minimamente seguro é de 350 ppm. Até a Revolução Industrial, a concentração de CO₂ na atmosfera não ultrapassava as 280 ppm.

Boa parte da culpa é das atividades humanas, uma vez que esse gás é emitido pelo uso de combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural). O próprio metano

também é um derivado dessa combustão, ainda que em menor proporção.

A maior produção de gás metano (CH_4) vem da decomposição da matéria orgânica

e, portanto, de aterros sanitários, lixões e reservatórios de hidrelétricas. A

agropecuária é outra grande fonte, uma vez que o gado, em seu processo digestivo,

também gera metano. Outra parte importante dessa equação é o desmatamento.

Com a menor cobertura verde, a capacidade de absorção da produção de gases

poluentes também diminui.

A moral da história é que se continuarmos nesse ritmo de produção de gases de

efeito estufa, as pesquisas apontam para um aumento da temperatura de até $3,2^\circ\text{C}$

ainda neste século. As consequências disso não são totalmente sabidas, mas é

consenso que haverá um desequilíbrio do regime de chuvas, por exemplo, com

secas e enchentes mais intensas; tornados e ciclones em lugares incomuns;

mudança (e perda) da biodiversidade; migrações populacionais em massa; entre

outros.

Metas de emissões

E o que isso tem a ver com o tal mercado de carbono? Ora, se o gás carbônico é o

principal “vilão” do aquecimento global, para evitar o cenário catastrófico de

aumento de temperatura, é preciso cessar novas emissões. Como fazer para que

pessoas, empresas e países parem de usar combustíveis fósseis, desmatar as

florestas, reciclar e reusar mais produtos e fazer escolhas mais sustentáveis em seu

dia a dia? Colocando metas que todos concordem e criando incentivos para

persegui-las.



A primeira tentativa de fazer isso foi em 1997, quando, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Kyoto, Japão, foi acordado o primeiro tratado internacional para controle da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, o Protocolo de Kyoto.

Nessa ocasião, quase uma centena de países acertou a redução das emissões para um conjunto de países. Foi aí também que se criou o primeiro esboço de um mercado de carbono, o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). A ideia era permitir que países signatários negociassem entre si Reduções Certificadas de Emissões (CERs, na sigla em inglês), que são créditos de carbono removido, reduzido ou evitado.

Do lado comprador, estavam os países mais poluidores, em especial desenvolvidos, que comprem créditos para compensar suas emissões. Na outra ponta, vendedora, estavam os países que sediam projetos de preservação e restauração ambiental e energia limpa que gerem CERs.

Até hoje ainda há projetos no MDL. Os projetos eram aprovados pela entidade nacional designada de cada país (DNA), que no caso do Brasil era a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, composta por representantes de 11 ministérios. Mas, vale comentar que, naquele momento, havia pouca preocupação sobre a origem do crédito e tipo de projeto.

Acordo de Paris

O Protocolo de Kyoto esbarrou na crise de 2008-2009, mas sua ambição de despoluir os países serviu como base para, em 2015, uma nova



tentativa de acordo mundial ser feita: o Acordo de Paris. O ponto central é a concordância, pelos 195 países signatários, com metas para reduzir o ritmo de emissões – as chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) – com o objetivo de frear o aumento das temperaturas do planeta a, no máximo, 1,5°C neste século.

O Brasil é um dos signatários. Em 2015, firmou metas de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 37% até 2025 (comparado a níveis de 2005) e as diminuir em 43% até 2030. Em 2021, durante a COP26, o país reviu seu compromisso e determinou que vai mitigar 50% de suas emissões de GEE até 2030.



É com o Acordo de Paris que o mercado de carbono ganha fôlego também no mundo corporativo, em especial na União Europeia. O artigo 6º do Acordo traz a questão da negociação de créditos e reforça a necessidade de ter regulações específicas para incentivar e viabilizar esse comércio. Em 2021, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), em Glasgow (Escócia), foram finalmente acordadas as formas de funcionamento do item 6.2, que trata justamente desse comércio de créditos de carbono em nível mundial entre países.

Crédito de Carbono

A lógica do mercado de carbono é simples. Se emitir gases de efeito estufa traz custos para a sociedade, ou seja, é uma externalidade negativa, a ideia central é, por um lado, desincentivar as emissões, e, por outro, incentivar projetos que combatam o desmatamento, promovam energias limpa, restaurem áreas vegetais e controlem as emissões. Como fazer isso? Colocar um preço.

Para isso, criou-se o tal do crédito de carbono, que nada mais é do que uma medida: um crédito de carbono representa uma tonelada de carbono equivalente que deixou de ser emitida para a atmosfera, contribuindo para a diminuição do efeito estufa. É uma forma de normalizar todos os tipos de gases de efeito estufa.

Em 2020, o preço de um crédito de carbono, que equivale a 1 tonelada de carbono equivalente estava em pouco mais de US\$ 3; em 2022 já chega a ser negociado a US\$ 10. Este crédito pode ser comercializado entre empresas de um mesmo país, de empresa para consumidor, entre países, e também entre empresas de diferentes regiões.



Mercado voluntário e regulado

Há, porém, dois mercados de carbono: o voluntário e o regulado. O regulado tem regras definidas por governos nacionais, regionais ou estaduais. O voluntário, como o próprio nome sugere, é aquele em que empresas e indivíduos voluntariamente comercializam créditos de carbono para neutralizar suas emissões.

Voluntário – O mercado voluntário surgiu de forma paralela ao Protocolo de Kyoto, com a criação das chamadas Reduções Voluntárias de Emissões (VERs, em inglês). Os créditos gerados precisam ser auditados por uma entidade independente, porém, não são contados nas metas de redução de emissões de países no Acordo de Paris. Nele, qualquer empresa, pessoa, ONG ou governo pode gerar ou comprar créditos de carbono voluntários.

Como as empresas buscam esse mercado como parte de uma estratégia ESG e para

se diferenciar, engajando stakeholders e permitindo que participem em índices de sustentabilidade e rankings, a origem dos projetos, sua qualidade e impacto têm importância para o comprador.

Segundo Laura Albuquerque, gerente de consultoria da WayCabon, consultoria da área, os créditos de carbono são negociados no mercado voluntário por meio de contratos bilaterais e os tipos de crédito estão geralmente ligados aos padrões e metodologias que cada projeto segue, as mais conhecidas são Voluntary Carbon Standard e Gold Standard. “Há programas, corretoras, fundos e plataformas que realizam a negociação dos créditos desses padrões e de outros. As variações de nomenclatura são, geralmente, em relação ao tipo de projeto, como, por exemplo, REDD (Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação Florestal) e A/R (Florestamento e Reflorestamento)”, explica.

Como esse mercado não depende de regulação para acontecer, as operações também podem ser feitas em nível internacional.

Regulado – No regulado, há regras específicas para seu funcionamento: setores envolvidos; o que gera crédito de carbono; quanto cada tipo de projeto pode gerar de crédito de carbono; como precificar; como certificar; onde negociar; como medir e evitar que seja contabilizado duas vezes; nomenclatura própria; custos e impostos, etc.. Ele também traz a possibilidade de governos, Estados e municípios obrigarem agentes mais poluidores a desembolsarem dinheiro para compensar as emissões acima das metas estabelecidas por meio da compra de crédito de carbono.

Atualmente existem 65 países ou regiões no mundo com precificação de carbono. Os vizinhos latinos México e Colômbia estão mais avançados neste tema, além da própria União Europeia.



O Brasil ainda discute como fazer a regulação de seu mercado. Em maio de 2022 foi anunciada a criação, via decreto pelo Executivo, das bases para o mercado de carbono regulado no Brasil. Se esperava que fosse aprovado o texto do Projeto de Lei 528, ainda em tramitação na Câmara Legislativa, que estava mais avançado na pauta. Ainda há pouca clareza sobre como funcionará (acompanhe no Prática ESG, que traremos as novidades sobre essa história).

A regulação geralmente é feita elencando setores específicos que serão regulados e definindo suas metas de emissões. Dentro desses setores são, então, definidos os participantes que poderão negociar as permissões de emissões (o equivalente aos créditos de carbono). Essas permissões de emissões precisam ser compatíveis com o limite de emissões estabelecido.

Não há hoje um comércio internacional regulado de créditos de carbono.

Preço do carbono

No mercado voluntário de carbono, o preço é negociado entre as partes, há um monitoramento desse preço e o uso de plataformas, mas os contratos bilaterais tem sido a prática.

Existem duas formas de precificar o carbono no mercado regulado. Uma delas é pela tributação de carbono, com o governo especificando um preço a ser pago por tonelada de carbono emitida. A outra é por meio dos sistemas de comércio de emissões, chamados de 'cap and trade' ou 'emissions trading system' (ETS, na sigla em inglês).

“Em teoria, ambos os sistemas possuem a mesma eficiência, mas na



prática, sabe-se que o custo de transação para implementação de um tributo é menor que o custo de transação para um mercado cap-and-trade”, explica Laura Albuquerque, da WayCabon. “Em um caso tem-se o sistema de arrecadação pronto e em outro a necessidade de implementação de sistemas que façam monitoramento, relato e verificação das permissões de emissão e consequentemente regule as transações. O governo, agente regulador, é quem define a instituição que irá realizar esse acompanhamento. O que observamos no novo decreto, de maio de 2022, é o início desse processo de MRV com o estabelecimento do SINARE”, completa.

Potencial



No fim de 2020, os três maiores mercados futuro globais de carbono já valiam cerca de US\$ 260 bilhões, de acordo com dados do IHS Markit Global Carbon. Em 2021, estima-se que o mercado de crédito de carbono voluntário movimentou US\$ 25 milhões no Brasil, o equivalente a 17 milhões de toneladas de carbono capturados e convertidos em crédito, segundo a consultoria McKinsey. O mercado global de crédito de carbono gerou US\$ 1 bilhão em transações.

Considerando que muitas companhias têm assumido os compromissos voluntários de se tornarem neutras em emissões de Gases de Efeito Estufa (“net-zero”) até 2050 e que parte da jornada é mensurar e neutralizar as emissões geradas pela própria operação e pela sua cadeia, o potencial desse mercado é grande.

“Dado o crescimento de novos atores no mercado voluntário no Brasil, entendo que, apesar de inseguranças jurídicas, há uma janela de oportunidade a ser explorada

nesse campo”, explica Albuquerque.

A gerente da WayCarbon explica que o potencial de geração de créditos de carbono no Brasil é grande. “Em 2021, a WayCarbon estimou que o Brasil poderia suprir de 5% a 37,5% da demanda global de créditos de carbono no mercado voluntário até 2030; para o mercado regulado global de 2 a 22% no mesmo período (no âmbito do Artigo 6.4 do Acordo de Paris)”, finaliza.

Link de acesso:

<https://valor.globo.com/brasil/esg/noticia/2022/05/26/o-que-e-o-mercado-de-carbono-e-como-ele-funciona.ghtml>

< Post anterior

Próximo post >



Posts relacionados